

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	12
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	15
---	----

Notas Explicativas	33
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	65
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	67
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	68
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.188.456.196
Preferenciais	0
Total	1.188.456.196
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	1.621.164	1.342.092	1.295.947
1.01	Ativo Circulante	237.800	389.860	665.206
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	201.608	220.486	170.870
1.01.02	Aplicações Financeiras	222	141.462	472.618
1.01.03	Contas a Receber	25.286	20.454	16.255
1.01.03.01	Clientes	25.286	20.454	16.255
1.01.03.01.01	Contas a receber	23.251	20.068	15.358
1.01.03.01.02	Contas a receber - partes relacionadas	2.035	386	897
1.01.06	Tributos a Recuperar	7.418	5.041	4.671
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.266	2.417	758
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	0	0	34
1.01.08.03	Outros	0	0	34
1.02	Ativo Não Circulante	1.383.364	952.232	630.741
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	7.626	5.197	476
1.02.01.07	Tributos Diferidos	5.931	4.747	474
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.695	450	2
1.02.01.10.03	Outros ativos não circulantes	1.695	450	2
1.02.03	Imobilizado	129.027	115.039	93.126
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	70.388	69.782	19.922
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	4.061	89	0
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	54.578	45.168	73.204
1.02.04	Intangível	1.246.711	831.996	537.139
1.02.04.01	Intangíveis	1.246.711	831.996	537.139
1.02.04.01.02	Intangível	714.661	618.500	425.503
1.02.04.01.03	Infraestrutura em construção	532.050	213.496	111.636

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	1.621.164	1.342.092	1.295.947
2.01	Passivo Circulante	138.255	74.796	88.724
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	10.682	7.862	5.159
2.01.02	Fornecedores	70.905	37.147	53.199
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	70.731	36.907	53.199
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	174	240	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	14.916	27.667	28.166
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	11.544	24.973	25.261
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	6.216	21.691	22.348
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições a recolher	5.328	3.282	2.913
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	17	0	0
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3.355	2.694	2.905
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	845	0	0
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	845	0	0
2.01.05	Outras Obrigações	40.907	2.120	2.200
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	19.435	1.017	1.109
2.01.05.02	Outros	21.472	1.103	1.091
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	17.908	0	0
2.01.05.02.04	Obrigações com o poder concedente	1.076	978	935
2.01.05.02.05	Outras obrigações	700	71	156
2.01.05.02.06	Passivo de arrendamento	1.788	54	0
2.02	Passivo Não Circulante	192.245	18.697	5
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	162.823	0	0
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	162.823	0	0
2.02.02	Outras Obrigações	9.325	9.067	5
2.02.02.02	Outros	9.325	9.067	5
2.02.02.02.03	Obrigações sociais e trabalhistas	838	543	5
2.02.02.02.04	Passivo de arrendamento	2.578	39	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.02.02.02.05	Fornecedores	5.909	8.485	0
2.02.03	Tributos Diferidos	19	0	0
2.02.04	Provisões	20.078	9.630	0
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	20.078	9.630	0
2.02.04.01.05	Provisão de manutenção	19.933	9.555	0
2.02.04.01.06	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	145	75	0
2.03	Patrimônio Líquido	1.290.664	1.248.599	1.207.218
2.03.01	Capital Social Realizado	1.188.456	1.188.456	1.188.456
2.03.04	Reservas de Lucros	102.208	60.143	18.762
2.03.04.01	Reserva Legal	29.524	20.122	11.249
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	24.263	40.021	4.156
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	48.421	0	3.357

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	862.254	672.230	607.748
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-592.595	-423.707	-382.378
3.02.01	Custo de construção	-432.620	-287.245	-276.159
3.02.02	Serviços	-46.586	-42.871	-38.891
3.02.03	Provisão de manutenção	-8.970	-9.296	0
3.02.04	Depreciação e amortização	-22.651	-17.654	-9.695
3.02.05	Custo com Pessoal	-40.671	-26.532	-23.316
3.02.07	Materiais Equipamentos e Veículos	-15.752	-13.696	-9.823
3.02.08	Outros	-25.345	-26.413	-24.494
3.03	Resultado Bruto	269.659	248.523	225.370
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-46.734	-30.014	-22.872
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-47.169	-29.847	-23.249
3.04.02.01	Serviços	-9.061	-10.105	-9.167
3.04.02.02	Depreciação e amortização	-6.626	-3.579	-411
3.04.02.03	Despesas com pessoal	-19.157	-8.343	-8.594
3.04.02.04	Materiais, equipamentos e veículos	-1.419	-836	-1.089
3.04.02.05	Gastos com viagens e estadias	-410	-109	-153
3.04.02.06	Outros	-4.756	-2.308	-1.856
3.04.02.07	Campanhas Publicitárias e Eventos, Feiras e Informativos	-1.373	-1.344	-1.473
3.04.02.08	(Provisão) Reversão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Previdenciários	-70	-75	2
3.04.02.09	Lei Rouanet, Incentivos Audiovisuais, Esportivos e Outros	-3.726	-2.793	-201
3.04.02.10	Editais e Publicações	-571	-355	-307
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	533	270	377
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-98	-437	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	222.925	218.509	202.498
3.06	Resultado Financeiro	18.655	18.904	21.489
3.06.01	Receitas Financeiras	28.585	22.054	21.853
3.06.02	Despesas Financeiras	-9.930	-3.150	-364

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	241.580	237.413	223.987
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-53.550	-59.945	-60.412
3.08.01	Corrente	-54.734	-64.218	-59.288
3.08.02	Diferido	1.184	4.273	-1.124
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	188.030	177.468	163.575
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	188.030	177.468	163.575
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,15821	0,14933	0,13764
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,15821	0,14933	0,13764

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	188.030	177.468	163.575
4.03	Resultado Abrangente do Período	188.030	177.468	163.575

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	229.671	187.887	169.041
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	235.111	216.935	175.145
6.01.01.01	Lucro Líquido do exercício	188.030	177.468	163.575
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-1.184	-4.273	1.124
6.01.01.03	Depreciação e amortização	28.724	21.170	10.106
6.01.01.04	Baixa do ativo imobilizado	110	558	0
6.01.01.05	Variação cambial fornecedores estrangeiros	9	6	28
6.01.01.06	Constituição da provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	1.408	259	312
6.01.01.07	Atualização monetária sobre provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e Tributários	14	3	0
6.01.01.08	Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento mercantil	143	10	0
6.01.01.09	Depreciação - direito de uso em arrendamento	553	63	0
6.01.01.10	Resultado de operações com derivativos	4.039	896	0
6.01.01.11	Constituição da provisão de manutenção	8.970	9.296	0
6.01.01.12	Constituição provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	4.629	2.242	0
6.01.01.13	Rendimento de aplicação financeira	-3.531	9.237	0
6.01.01.14	Juros sobre financiamentos	2.676	0	0
6.01.01.15	Juros e variação monetária com outras obrigações	521	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-5.440	-29.048	-6.104
6.01.02.01	Contas a receber	-3.183	-4.710	-9.433
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-2.361	-370	-1.555
6.01.02.03	Adiantamento a fornecedores	-62	34	18
6.01.02.04	Despesas antecipadas e outras	-2.032	-2.107	-75
6.01.02.05	Fornecedores	11.450	-14.383	-587
6.01.02.06	Fornecedores - partes relacionadas	17.897	-92	302
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	3.115	3.241	-1.587
6.01.02.08	Impostos e contribuições a recolher	41.854	52.021	48.961
6.01.02.09	Pagamentos com imposto de renda e contribuição social	-66.642	-60.981	-40.969
6.01.02.10	Pagamentos de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	-4.573	-2.170	-314

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01.02.11	Obrigações com o Poder Concedente	98	43	38
6.01.02.12	Outras contas a pagar	629	-85	-6
6.01.02.13	Contas a receber - partes relacionadas	-1.649	511	-897
6.01.02.14	Pis e Cofins diferido	19	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-289.087	-9.680	75.261
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado	-22.594	-30.896	-34.235
6.02.02	Adições ao ativo intangível	-413.644	-302.408	-278.112
6.02.03	Aplicações financeiras líquidas de resgate	144.940	321.919	387.608
6.02.04	Outros de Ativo Imobilizado e Intangível	2.380	1.705	0
6.02.05	Aplicação - Conta Reserva	-169	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	40.538	-128.591	-159.104
6.03.01	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-116.020	-127.626	-159.104
6.03.03	Liquidação de Operações com Derivativos	-4.039	-896	0
6.03.04	Arrendamento (Pagamentos)	-395	-69	0
6.03.05	Financiamento (Captação)	162.597	0	0
6.03.06	Financiamento (Pagamento)	-1.605	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-18.878	49.616	85.198
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	220.486	170.870	85.672
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	201.608	220.486	170.870

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.188.456	0	60.143	0	0	1.248.599
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.188.456	0	60.143	0	0	1.248.599
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	8.400	-128.667	0	-120.267
5.04.06	Dividendos	0	0	8.400	-48.421	0	-40.021
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-80.246	0	-80.246
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	188.030	0	188.030
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	188.030	0	188.030
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	33.665	-59.363	0	-25.698
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	33.665	-59.363	0	-25.698
5.07	Saldos Finais	1.188.456	0	102.208	0	0	1.290.664

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.188.456	0	18.762	0	0	1.207.218
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.188.456	0	18.762	0	0	1.207.218
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-7.513	0	0	-7.513
5.04.06	Dividendos	0	0	-7.513	0	0	-7.513
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	177.468	0	177.468
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	177.468	0	177.468
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	48.894	-177.468	0	-128.574
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	48.894	-48.894	0	0
5.06.04	Dividendos	0	0	0	-72.165	0	-72.165
5.06.05	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-56.409	0	-56.409
5.07	Saldos Finais	1.188.456	0	60.143	0	0	1.248.599

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.188.456	0	21.341	0	0	1.209.797
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.188.456	0	21.341	0	0	1.209.797
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-18.271	0	0	-18.271
5.04.06	Dividendos	0	0	-18.271	0	0	-18.271
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	163.575	0	163.575
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	163.575	0	163.575
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	15.692	-163.575	0	-147.883
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	12.335	-12.335	0	0
5.06.04	Distribuição de Dividendos	0	0	0	-100.883	0	-100.883
5.06.05	Dividendo Adicional Proposto	0	0	3.357	-3.357	0	0
5.06.06	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-47.000	0	-47.000
5.07	Saldos Finais	1.188.456	0	18.762	0	0	1.207.218

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	903.069	708.850	639.113
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	903.069	708.850	639.113
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-547.312	-395.997	-362.273
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-85.354	-81.369	-72.142
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-20.368	-18.087	-13.972
7.02.04	Outros	-441.590	-296.541	-276.159
7.02.04.01	Custo de Construção	-432.620	-287.245	-276.159
7.02.04.02	Provisão de Manutenção	-8.970	-9.296	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	355.757	312.853	276.840
7.04	Retenções	-29.277	-21.233	-10.106
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-29.277	-21.233	-10.106
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	326.480	291.620	266.734
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	28.585	22.054	21.853
7.06.02	Receitas Financeiras	28.585	22.054	21.853
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	355.065	313.674	288.587
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	355.065	313.674	288.587
7.08.01	Pessoal	52.027	30.354	27.864
7.08.01.01	Remuneração Direta	36.972	19.531	18.793
7.08.01.02	Benefícios	11.688	8.715	7.414
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.175	1.265	1.119
7.08.01.04	Outros	1.192	843	538
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	102.499	101.219	96.022
7.08.02.01	Federais	78.683	79.975	77.835
7.08.02.02	Estaduais	320	185	189
7.08.02.03	Municipais	23.496	21.059	17.998
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	12.509	4.633	1.126
7.08.03.01	Juros	9.869	3.069	236
7.08.03.02	Aluguéis	2.640	1.564	890

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	188.030	177.468	163.575
7.08.04.02	Dividendos	154.365	128.574	147.883
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	33.665	48.894	15.692

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Sobre a Companhia

1.1 Aos Acionistas

Apresentamos a seguir, o relatório das principais atividades da Companhia, juntamente com as Demonstrações Financeiras, relativos ao período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2022, acompanhados do relatório dos auditores independentes.

1.2 Apresentação

A Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A., “CCR ViaSul” ou “Companhia” ou “Concessionária”, tem por objeto social específico e exclusivo, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da rodovia BR-101, BR-290, BR-386, e BR-448 no estado do Rio Grande do Sul, no trecho da BR-101/RS, entre a divisa SC/RS até o entroncamento com a BR-290 (Osório); da BR-290/RS, no entroncamento com a BR-101(A) (Osório) até o km 98,1; da BR-386, no entroncamento com a BR-285/377(B) (para Passo Fundo) até o entroncamento com a BR-470/116(A) (Canoas); e da BR-448, no entroncamento com a BR-116/RS-118 até o entroncamento com a BR-290/116 (Porto Alegre), totalizando 473,4 quilômetros, nos termos do contrato de concessão celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), em decorrência do leilão objeto do edital de concessão n.º 01/2018 (“contrato de concessão”). O Sistema Rodoviário está inserido no Estado do Rio Grande do Sul passando por 36 cidades: Osório, Santo Antônio da Patrulha, Glorinha, Gravataí, Cachoeirinha, Porto Alegre, Esteio, Carazinho, Santo Antônio do Planalto, Victor Graeff, Tio Hugo, Mormaço, Soledade, Fontoura Xavier, São José do Herval, Pouso Novo, Marques de Souza, Forquetinha, Lajeado, Estrela, Bom Retiro do Sul, Fazenda Vila Nova, Paverama, Taquari, Tabai, Triunfo, Montenegro, Nova Santa Rita, Canoas, Sapucaia do Sul, Torres, Dom Pedro de Alcântara, Três Cachoeiras, Três Forquilhas, Terra de Areia e Maquiné.

O contrato de concessão foi assinado em 11 de janeiro de 2019 e tem duração de 30 anos contados a partir da assunção da rodovia, que teve início em 15 de fevereiro de 2019.

A Companhia de Participações em Concessões (CPC, empresa do Grupo CCR) foi a vencedora do leilão cujo critério de julgamento foi o maior desconto ofertado para a tarifa básica de pedágio, respeitando-se a tarifa teto de R\$ 7,24 referenciada a julho de 2018, cujo lance apresentado na proposta econômica foi de R\$ 4,30545 (deságio de 40,53%).

As rodovias administradas pela Companhia são de fundamental importância para o processo de desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul.

1.3 Destaques de 2022

O EBITDA em 2022 cresceu 5,20% em relação a 2021, totalizando R\$ 252.202. Esse crescimento é explicado pela 3ª revisão ordinária e o reajuste da tarifa básica de pedágio e pela redução das restrições devido à pandemia da Covid-19.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Como principal destaque, temos as obras de duplicação de 165,9 km da BR-386, no trecho entre Marques de Souza e Lajeado, das quais já estão concluídas em 2022, 6,5 quilômetros, localizados entre os km 324+100 e km 330+600. Estão em andamento as obras de duplicação até o km 344+400, previstas para serem concluídas em junho/2023. Até o 18º ano da concessão, a Companhia duplicará 100% dos trechos, que atualmente não são duplicados entre os municípios de Carazinho/RS e Canoas/RS. Trata-se da obra mais esperada em relação à infraestrutura rodoviária do Estado do Rio Grande do Sul, justamente por ser um dos mais importantes corredores da produção.

Como as obras de duplicação são normalmente complexas, envolvendo a interdição da rodovia, o uso de explosivos de rochas, a Companhia criou o CALI - Centro de Atendimento à Comunidade Lindeira, um veículo adaptado com recursos audiovisuais que percorre a comunidade levando todas as informações relacionadas às obras.

Foram entregues as obras de implantações de passarelas, nos km 9+200, km 62+100, km 77+700 na BR-101. Continua em andamento a execução da obra das passarelas nos kms 20+000, km22+500 e km85+500 da BR-101 e no km 94+900 da BR-290. E, ainda foram concluídas a implantação de 4 Postos de Pesagem Veicular (PPV), sendo 2 na BR-101 e 2 na BR-386.

Estão em andamento as obras de implantação da faixa adicional na BR-386 entre os km 344+400 e 349+500 entre os municípios de Estrela/RS e Lajeado/RS, a execução de interconexão no km 98+000 da BR-290, além de alargamento e reforços em obras de arte especiais e restauração de pavimento ao longo de toda a rodovia.

Em outubro, a Companhia recebeu o Prêmio Rodovias+Brasil de Sustentabilidade, como reconhecimento do Ministério da Infraestrutura (Minfra), Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) pela iniciativa da implantação de Usinas Fotovoltaicas. Em novembro foi divulgado o resultado da pesquisa CNT - Confederação Nacional do Transporte, que é a principal pesquisa no ramo de rodovias e a BR 290 "Freeway" entrou no Top 10 do Brasil, classificada em 7º lugar e a BR 101 sul no Top 15 em 11º lugar.

A Companhia completou em dezembro de 2022 1.415 dias de concessão com os seguintes marcos: 1.397 içamentos da ponte do vão móvel; repasse de mais de R\$ 100 milhões em ISS aos municípios; e o marco de 227 mil atendimentos aos usuários das rodovias.

2. Desempenho Econômico-Financeiro

2.1 Receita e Mercado

As tarifas de pedágio cobradas pela Companhia são definidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. No período de 28 de março de 2022 a 14 de fevereiro de 2023, o valor da tarifa básica de pedágio determinada pelo referido órgão é de R\$ 5,20 (cinco reais e vinte centavos), conforme deliberação n.º 126 de 21 de março de 2022.

Em 2022, o total de veículos pedagiados foi de 52.619.304 ou 92.375.186 em veículos equivalentes bidirecionais nas 7 praças de pedágio.

A receita operacional da Companhia em 2022, considerando a receita de pedágio, receita de construção e acessória, totalizou R\$ 903.069.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**2.2 Desempenhos**

Em 2021, vivenciamos uma crise econômica mundial decorrente da pandemia do Covid-19 iniciada em março de 2020. Em 2022 a Companhia obteve um aumento no resultado de 5,95% no lucro líquido em relação a 2021, devido principalmente pela retomada da atividade econômica.

Em R\$ mil	2022	2021	Var. %
Receita líquida	862.254	672.230	28,27%
Receita de pedágio	470.194	421.379	11,58%
Receita de construção (ICPC 01 R1)	432.620	287.245	50,61%
Outras receitas	255	226	12,83%
(-) Deduções da receita bruta	(40.815)	(36.620)	11,46%
(-) Custos e despesas (a)	(639.329)	(453.721)	40,91%
Custos de construção (ICPC 01 R1)	(432.620)	(287.245)	50,61%
Demais custos e despesas	(206.709)	(166.476)	24,17%
Resultado antes Resultado Financeiro	222.925	218.509	2,02%
(+/-) Resultado financeiro líquido	18.655	18.904	-1,32%
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	(53.550)	(59.945)	-10,67%
Lucro líquido	188.030	177.468	5,95%
(-) Resultado financeiro líquido	(18.655)	(18.904)	-1,32%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	53.550	59.945	-10,67%
EBIT	222.925	218.509	2,02%
Margem EBIT (b)	25,85%	32,51%	-20,46%
Margem EBIT ajustada (b)	51,89%	56,76%	-8,58%
(+) Depreciação/amortização	29.277	21.233	37,88%
EBITDA	252.202	239.742	5,20%
Margem EBITDA (c)	29,2%	35,7%	-17,99%
Margem EBITDA ajustada (c)	60,8%	64,7%	-6,03%
Investimentos (d)	(453.581)	(331.599)	36,79%
Veículos equivalentes (em milhares)	92.375	90.073	2,56%

(a) Custos totais: custos dos serviços prestados acrescidos das despesas gerais e administrativas.

(b) A margem EBIT ajustada foi calculada por meio da divisão do EBIT pelas receitas líquidas excluindo-se a receita de construção.

(c) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção.

(d) Os valores dos investimentos correspondem ao desembolso de caixa para o período ocorrido em 2022, diferente dos investimentos apresentados nos demais quadros, que correspondem ao período de competência da realização das obras.

2.2.1 Receita operacional

A receita de pedágio em 2022 totalizou R\$ 470.194, um crescimento de 11,58% em relação a 2021, incremento devido ao aumento no tráfego de 2,56%, decorrente da retomada da atividade econômica após pandemia do Covid-19, e pelo reajuste da tarifa básica de pedágio ocorrido em março de 2022, que passou de R\$ 4,70 para R\$ 5,20.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2.2.2 Custos e despesas totais

Os custos totais em 2022 foram de R\$ 639.329, dos quais R\$ 206.709 são custos operacionais e R\$ 432.620 são custos de construção. Os principais custos de construção são as obras de serviços de recuperação de pavimento, duplicação da BR-386, faixa adicional BR-386, implantação dos postos de pesagem veicular na BR-386 e BR-101, passarelas e dispositivos de segurança, conforme estabelecido no PER – Programa de Exploração da Rodovia.

2.2.3 Investimentos

Em 2022, os investimentos realizados totalizaram R\$ 455.961, um aumento de 43,98% em relação a 2021. Destacamos a finalização da implantação de três passarelas, localizadas nos km 9+200, 62+100 e 77+700 da BR-101 e 4 Postos de Pesagem Veicular (PPV) nas BR-386 e BR-101, iniciados em 2021.

Encontram-se em andamento as obras de ampliação de capacidade da rodovia com a duplicação da BR-386/RS entre km 324+100 e km 344+400, que terá sua conclusão em 2023, a implantação da faixa adicional na BR-386 entre os km 344+400 e 349+500, com previsão de finalização em 2024. Estão em execução também a implantação de 4 passarelas, nos km 20+000, 22+500 e 85+500 da BR-101 e km 94+900 da BR-290; execução de interconexão no km 98+000; além de alargamento e reforços em obras de arte especiais, com previsão de finalização em 2023.

Investimentos	2022	2021
Praças de Pedágio/Bases/SAU's/PPV's	5.793	12.397
Serviços no Pavimento	88.503	129.959
Sinalização e Elementos de Proteção e Segurança	61.002	9.050
Obras de Arte Especiais	9.988	11.500
Drenagem e Obra de Arte Corrente	3.164	1.595
Faixa de Domínio	313	626
Obras de Ampliação de Capacidade	392	508
Obras de Implantação de vias, Interseção e Outros	255.125	104.025
Sistemas e Outros Imobilizados	31.681	47.020
Total	455.961	316.681

Os investimentos descritos acima, classificados no balanço como imobilizado, intangível e infraestrutura em construção, correspondem aos valores contábeis, ou seja, registrados no momento de competência de cada período.

2.2.4 Captações de Recursos

Em dezembro de 2019, a Companhia assinou um contrato de financiamento junto ao BNDES no montante de R\$ 1.235.198 a serem liberados em quatro subcréditos até 2032, a fim de viabilizar os investimentos de ampliação e obras de melhorias nas rodovias administradas pela Companhia e, aquisições de equipamentos para operação. Em setembro de 2022, a Companhia captou o montante de R\$ 172.000, sendo R\$ 162.597 líquido de custo de transação no valor de R\$ 9.403 referente ao *fee* de 0,5% descontado do primeiro desembolso.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2.2.5 Valor Adicionado

O valor adicionado líquido a distribuir gerado como riqueza pela Companhia em 2022 foi de R\$ 326.480 e em 2021 foi de R\$ 291.620, representando 37,86% e 43,38% da receita operacional líquida, respectivamente.

2.2.6 Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária vigente. Os dividendos ainda seguem as determinações da Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76).

Em 25 de abril, conforme aprovado em RCA, foram distribuídos dividendos intermediários no montante de R\$ 40.021, referente a totalidade do saldo da conta reserva de retenção de lucros em 31 de dezembro de 2021. O pagamento deste montante ocorreu em 28 de abril. Em 21 de outubro, conforme aprovado em RCA, foram distribuídos dividendos intermediários no valor de R\$ 25.698 referente aos lucros apurados entre 1º de janeiro e 30 de setembro de 2022. Na mesma data foi aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio no valor bruto de R\$ 59.178 referente ao resultado *pro rata die* de movimentações ocorridas até 30 de setembro de 2022, ambos os pagamentos ocorreram em 28 de outubro de 2022. Em 12 de dezembro, conforme aprovado em RCA, foi aprovado o destaque de juros sobre capital próprio no valor bruto de R\$ 21.068 calculado sobre o patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2021 acrescida ou reduzida de movimentações ocorridas em 2022, exceto quanto ao lucro do próprio exercício. O pagamento aos acionistas ocorrerá conforme vier a ser oportunamente deliberado.

2.2.7 Planejamento Empresarial

A Companhia acredita no potencial da região em que está inserida, caracterizada como uma das áreas economicamente mais relevantes do Brasil, sendo que sua riqueza é baseada em diversos setores da economia, como indústria automotiva, agropecuária e construção civil.

O planejamento empresarial tem se mostrado eficaz ao mapear os objetivos estratégicos e permitir a adaptabilidade e resiliência no enfrentamento de diversos desafios impostos pelas incertezas da pandemia do Covid-19, e na execução das tarefas que levam ao cumprimento dos resultados pactuados com os acionistas da Companhia.

Utilizando a criatividade para superar as restrições impostas pela pandemia encontramos novas soluções que são tão eficientes quanto as práticas anteriores, permitindo um maior domínio de todo o processo de gestão empresarial, lapidando os processos e garantindo os resultados diante das adversidades.

2.2.8 Gestão pela Qualidade Total

Com o compromisso de buscar a melhoria contínua de todos os seus processos, a Companhia realizou em 2022 a 2ª auditoria de manutenção das certificações ISO 9.001 – Gestão da Qualidade, 14.001 – Gestão de Meio Ambiente e 39.001 – Gestão de Segurança Viária.

2.2.9 Recursos Humanos

A Companhia acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a empresa desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável. Atualmente a Companhia emprega 822 pessoas de forma direta, das quais, 395 pessoas foram contratadas em 2022.

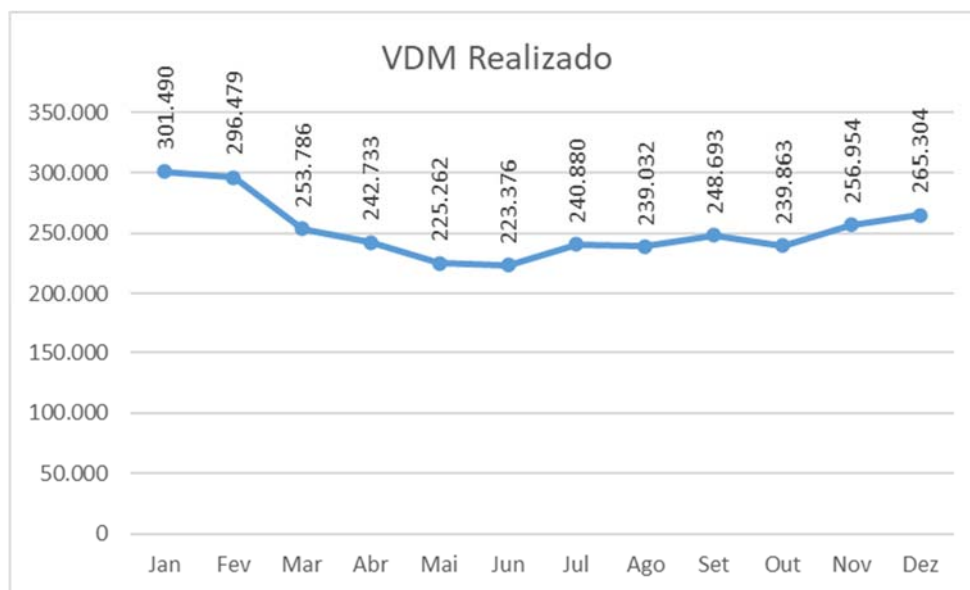
3. Indicadores Operacionais

3.1 Caracterização do Tráfego

3.1.1 Volume

No gráfico a seguir, é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente mensal (VDM), que totalizou um Volume Diário Médio Equivalente Ano (VDMA) de 253.083.

Variação mensal do volume no ano base:



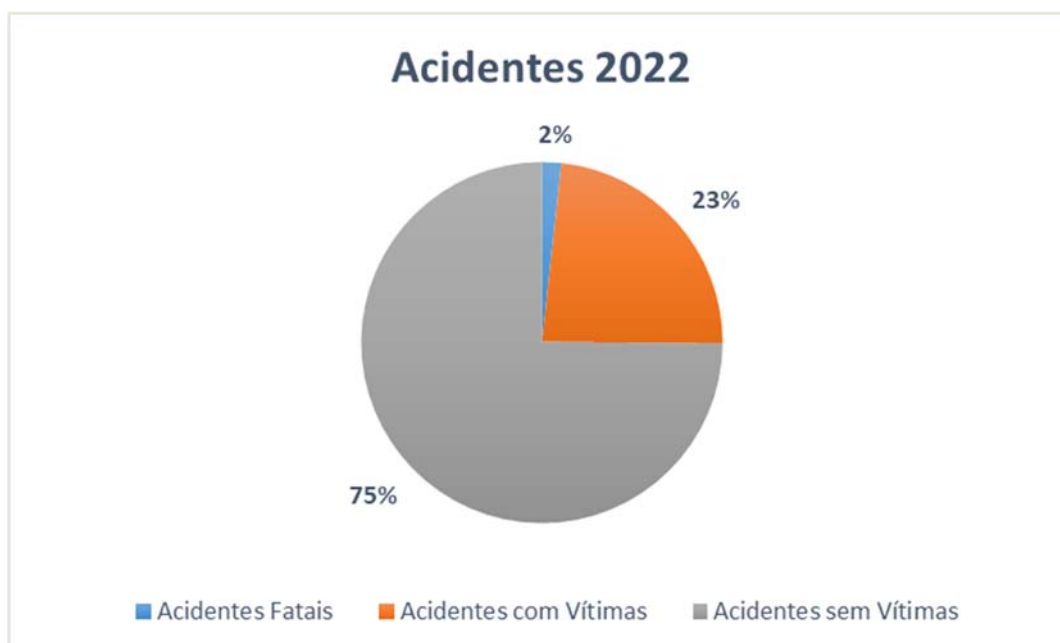
3.2 Segurança no Trânsito

3.2.1 Acidentes

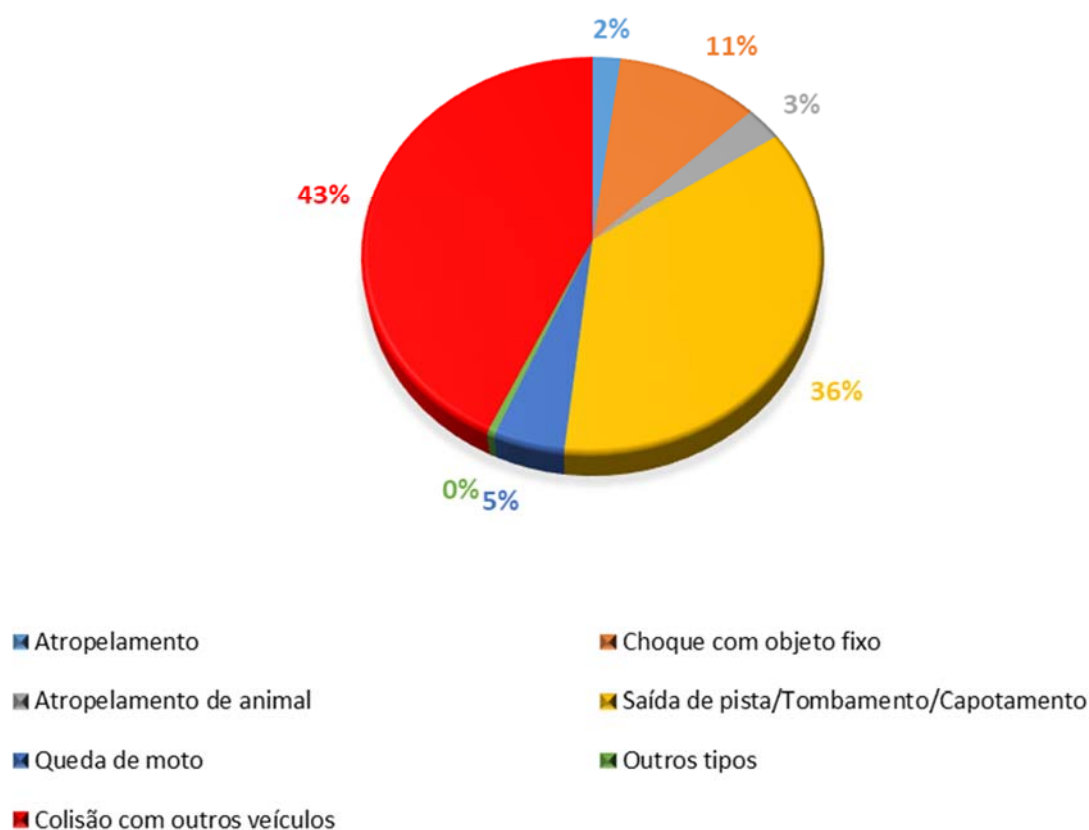
Os gráficos apresentam as estatísticas dos acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no período em 2022.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Percentual de acidentes por gravidade em 2022



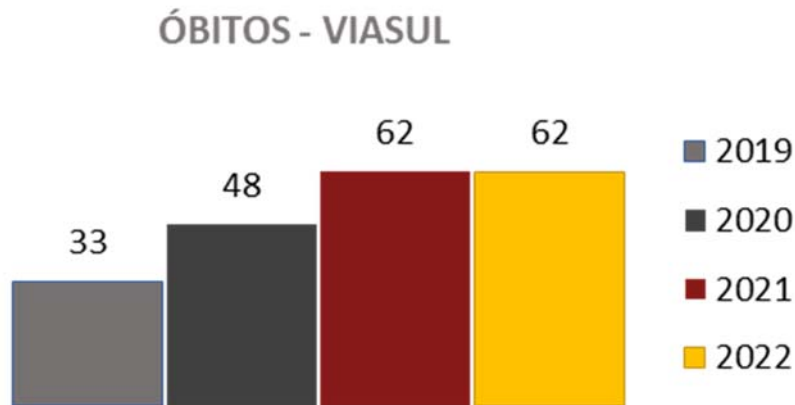
Percentual de acidentes por tipo em 2022



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O gráfico demonstra o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.

Em relação a 2022, o número de mortos em 2021 quando comparado a 2019, permanece igual.



3.3 Dados de Operação da Concessão

3.3.1 Veículos Alocados

Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Companhia na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados, a quantidade de veículos é dividida pela extensão (473,4 km) da via sob concessão e o resultado é multiplicado por 100.

Tipos de veículos alocados na concessão

TIPO DE VEÍCULO	Quantidade	Qtde/ 100km
Viatura de inspeção	15	3
Guincho Leve	13	3
Guincho Pesado	4	1
Ambulância Tipo C	10	2
Ambulância Tipo D	4	1
Supervisão	3	1
Pipa	3	1
Munck	2	0
Caminhão Boiadeiro	3	1
Cesto Aéreo	1	0
Total de veículos operacionais	58	13
Administração	33	7
Pedágio	1	0
Segurança de trabalho	1	0
Manutenção	5	1
Faixa de domínio	3	1
Total de veículos de apoio	43	9
Total	101	22

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

No exercício de 2022, foram registrados 97.162 atendimentos ao usuário por meio do Sistema de Atendimento ao Usuário (disque CCR ViaSul), uma redução de 7% quando comparado a 2021. Foi implantando o Sistema de Chatbot (WhatsApp) que impulsionaram mais de 128 mil acessos no ano de 2022

3.3.2 Funcionários Alocados

São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários diretos alocados pela Companhia na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados, é acrescida uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida e o resultado é multiplicado por 10.000.

Tipo de funcionários alocados na concessão

FUNCIONÁRIOS	Qtd	Qtd/VDMA x 10.000
Diretoria	1	0,04
Gerente de Comunicação	1	0,04
Gerente de Atendimento	1	0,04
Gerente Administrativo Financeiro	1	0,04
Conservação	12	0,48
CCO	34	1,35
Engenharia	37	1,46
TI	35	1,39
Administrativo	87	3,44
Tráfego	110	4,36
Arrecadação	451	17,86
Pesagem	52	2,06
Total Geral	822	32,56

3.4 Aspectos Financeiros

Os demonstrativos financeiros anexos ao relatório dos nossos auditores, apresentam o desempenho financeiro da Companhia do último exercício comparado com o exercício anterior.

Nos aspectos financeiros, apresentaremos os principais itens das demonstrações financeiras do exercício atual, em 2022, e o acumulado desde o início da concessão em 15 de fevereiro de 2019.

3.4.1 Receita

O valor correspondente à receita obtida com pedágios se refere à renda adquirida com os pedágios e com outras fontes de receitas, sejam elas complementares, extraordinárias, alternativas ou provenientes de projetos associados.

	Em 2022	Acumulado
Receitas de pedágio	470.194	1.414.611
Receitas acessórias	255	572
Total das receitas	470.449	1.415.183

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**3.4.2 Investimentos**

As tabelas a seguir demonstram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais apresentados pela Concessionária no ano base, assim como os valores acumulados desde o início da concessão.

	Em 2022	Acumulado
Intangível	414.715	1.246.711
Imobilizado	10.016	124.966
Total dos investimentos (líquidos amortização/depreciação)	424.731	1.371.677

3.4.3 Custos e Despesas Operacionais

	Em 2022	Acumulado
Custos Operacionais, exceto Custo de Construção	159.975	464.374
Despesas Operacionais	47.169	121.579
Total Custos e Despesas Operacionais	207.144	585.953

3.4.4 ISS pagos

A tabela mostra o valor total dos ISS pagos para as prefeituras no ano base.

	Em 2022	Acumulado
Pedágio	23.460	70.506
Acessória	-	14
ISS Total	23.460	70.520

3.4.5 Tarifas

A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria de veículo.

Valor da tarifa por praça de pedágio em R\$ 5,20 em todas as praças, conforme tabela abaixo:

Praça de pedágio	Cobrança	Categoria de veículos												
		AUTO	4S	3S	2D	3D	4D	5D	6D	7D	8D	9D	10D	MOTO
		1,00	2,00	1,50	2,00	3,00	4,00	5,00	6,00	7,00	8,00	9,00	10,00	0,50
Três Cachoeiras	5,20	5,20	10,40	7,80	10,40	15,60	20,80	26,00	31,20	36,40	41,60	46,80	52,00	2,60
Santo Antônio da Patrulha	5,20	5,20	10,40	7,80	10,40	15,60	20,80	26,00	31,20	36,40	41,60	46,80	52,00	2,60
Gravataí	5,20	5,20	10,40	7,80	10,40	15,60	20,80	26,00	31,20	36,40	41,60	46,80	52,00	2,60
Montenegro	5,20	5,20	10,40	7,80	10,40	15,60	20,80	26,00	31,20	36,40	41,60	46,80	52,00	2,60
Paverama	5,20	5,20	10,40	7,80	10,40	15,60	20,80	26,00	31,20	36,40	41,60	46,80	52,00	2,60
Fontoura Xavier	5,20	5,20	10,40	7,80	10,40	15,60	20,80	26,00	31,20	36,40	41,60	46,80	52,00	2,60
Vitor Graef	5,20	5,20	10,40	7,80	10,40	15,60	20,80	26,00	31,20	36,40	41,60	46,80	52,00	2,60

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**3.4.6 Companhia em números**

Dados anuais	VIASUL	Unidade de medida ou comentário
Extensão da rodovia	473,4	Quilômetros
Número de veículos que transitaram	52.619.304	
Veículos leves	39.808.231	(Leve, mais de dois eixos, mais de três eixos)
Veículos isentos	876.910	
Número de praças de pedágios	7	
Tarifa	5,20	Informação detalhada no item 3.4.5
Número de quilômetros mantidos	473,4	Quilômetros por ano
Índice de congestionamento	N/A	Por velocidade média de veículos
Trânsito Médio Diário Equivalente	252.570	Volume do trânsito corrigido por fatores de tipo de veículo
Equipamentos utilizados pelo concessionário	101	Informação detalhada no item 3.3.1
Índices de qualidade de estrada	VRD ≥ 45 para BR-290/RS	Microtextura (Valor de Resistência à Derrapagem)
	VDR ≥ 47 para BR-101/386/448/SC	
	HS > 0,50	Macrotextura (Profundidade Média de Areia)
Receita de pedágio	470.194	Expresso em milhares de reais

Fator Capital

Despesas de Depreciação	29.277	As taxas de depreciação/amortização estão detalhadas nas notas explicativas 10 e 11, respectivamente.
Caixa e equivalentes de caixa	201.830	Incluídas as Aplicações financeiras
Ativo Bruto	1.621.164	
Série Histórica dos Investimentos	1.383.364	Em unidades monetárias
Custo de Oportunidade do Capital	8,47 % a.a.	WACC Regulatório

Fator Trabalho

Número de Trabalhadores	822	Por tipo de atividade e por categoria de trabalho
Operacional	724	
Administrativo	98	
Despesas de Pessoal	59.828	Por tipo de atividade e por categoria de trabalho
Operacional	40.671	
Administrativo	19.157	

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Fatores Intermediários**

Despesas em Administração	19.157	Em valores monetários, exceto, despesas com pessoal e depreciação
Despesas em Manutenção	1.419	
Outras Despesas	10.906	

Seguridade

Quantidade de Acidentes	3.140	
Acidentes c/ vítimas feridas	734	
Acidentes s/ vítimas	2.344	
Acidentes c/ mortos	62	
Vítimas feridas	1.073	
Mortos	62	

Indicadores

Receita por veículo	R\$ 5,10	Considera receitas operacionais, exceto receita de construção.
Custo por veículo	R\$ 2,25	Considera custos e despesas operacionais, exceto custo de construção.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Balanço social**

	2022	2021
Faturamento bruto	903.069	708.850
Receita líquida (RL)	862.254	672.230
Resultado operacional (RO)	222.925	218.509
Folha de pagamento bruta (FPB)	59.828	34.875

Indicadores sociais internos

	2022	% Sobre FPB - 2022	% sobre RL - 2022
Alimentação	4.126	6,90%	0,48%
Encargos sociais	15.190	25,39%	1,76%
Previdência Privada	266	0,44%	0,03%
Saúde	3.220	5,38%	0,37%
Segurança e saúde no trabalho	0	0,00%	0,00%
Educação	0	0,00%	0,00%
Cultura	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	252	0,42%	0,03%
Creches ou auxílio creches	176	0,29%	0,02%
Participação dos lucros ou resultados	5.378	8,99%	0,62%
Outros	5.208	8,70%	0,60%
Total - Indicadores Sociais Internos	33.816	96,96%	5,03%

Indicadores sociais externos

	2022	% Sobre FPB - 2022	% sobre RL - 2022
Tributos (exceto encargos sociais)	70.790	118,32%	8,21%
Total - Indicadores sociais externos	70.790	202,98%	10,53%

Indicadores ambientais

	2022	2021
Investimentos relacionados com a operação da Concessionária:	2.787	7.269
Investimentos em programas e/ou projetos externos:	0	0
Total de investimentos em meio ambiente	2.787	7.269

Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária:

- () Não possui metas
 () Cumpre de 0 a 50%
 () Cumpre de 50 a 75%
 (x) Cumpre de 75 a 100%

Indicadores do corpo funcional

	2022	2021
Nº de colaboradores ao final do período	822	691
Tempo de serviço		
até seis meses	31%	12%
de seis meses a um ano	17%	29%
entre um e dois anos	18%	57%
entre dois e cinco anos	33%	0%
mais de cinco anos	2%	2%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Nº de admissões durante o período	395	282
Nº de demissões durante o período	444	397
Nº de colaboradores terceirizados	2140	1.746
Nº de estagiários (as)	3	0
Nº de colaboradores com até 18 anos	2	13
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	245	223
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	469	375
Nº de colaboradores acima de 45 anos	106	80
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	479	158
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	1%	2%
Remuneração paga a mulheres no período	853.489	616
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	57	31
% de cargos gerenciais ocupados por negros	0%	0%
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	3	1
 Total de horas extras trabalhadas	 3.406	 7.442
 Total de INSS pagos	 7.801	 4.521
Total de FGTS pago	2.175	1.265
Total de ICMS recolhidos no período	0	0
Total de IR recolhido no período	38.810	43.455
Total de CSLL recolhido no período	14.740	16.490
Total de PIS recolhidos no período	3.070	2.743
Total de COFINS recolhidos no período	14.170	12.657
Total de outros tributos recolhidos no período	23.460	21.059
 Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	 2022	 2021
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	1,2%	1,5%
Número total de acidentes de trabalho	16	11

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção (X) direção e gerencias () todos os colaboradores	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerencias () todos os colaboradores () todos + CIPA	
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos colaboradores, a Concessionária:	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT	
A previdência privada contempla:	() direção () direção e gerencias (X) todos os colaboradores	
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção () direção e gerencias (X) todos os colaboradores	
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária:	() não são considerados () são sugeridos (X) são exigidos () não se envolve	
Quanto à participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concesionária:	() apoia (X) organiza e incentiva	
	2022 100% -29.277	2021 100% -21.233
% de reclamações e críticas solucionadas:		
Valor adicionado total a distribuir		
Distribuição do Valor Adicionado		
% governo	29%	32%
% acionistas	53%	57%
% colaboradores	15%	10%
% terceiros	4%	1%
% retido	0%	0%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4. Demais assuntos

4.1 Governança Corporativa

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o Estatuto Social. O Conselho de Administração é composto por três membros efetivos, dentre os quais um é eleito Presidente. Nossa Diretoria é composta atualmente por dois membros, um Diretor Presidente e um Diretor sem designação específica.

Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente, são eleitos pelos nossos acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros de nosso Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia.

Compete à Diretoria Executiva a gestão dos negócios sociais, observadas as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração.

4.2 ESG

A sustentabilidade é um tema estratégico do Grupo CCR para impulsionar a geração de valor para seus acionistas, clientes, fornecedores, sociedade, colaboradores e todos os outros públicos de relacionamento.

Essa visão estratégica é assegurada por uma estrutura de governança de forma que a sustentabilidade ocorra de maneira transversal ao Grupo, desde o Conselho de Administração (CA-CCR) até a Companhia que administra os ativos de infraestrutura do Grupo CCR, e estando a gestão desta estratégia a cargo da Vice-Presidência de Governança, Riscos, *Compliance* e Auditoria Interna também responsável pela área de ESG. A atuação do CA-CCR, por meio do Comitê de Gente e ESG que o assessora, contribui para estabelecer diretrizes que alinhem a gestão dos negócios às demandas e movimentos globais em prol do desenvolvimento sustentável, monitorando o cumprimento do Plano Diretor ESG e identificando questões críticas para fins de aprimoramento, análise de riscos ou que possam ter impacto relevante nos negócios, no relacionamento com *stakeholders*, na imagem do Grupo CCR e nos seus resultados de curto, médio e longo prazos. Em 2022, seguimos avançando com o desdobramento das ações do Plano Diretor ESG e metas ESG atreladas à remuneração variável dos executivos, que são desdobradas na Companhia. Integramos pela 12ª vez consecutiva a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e do Índice de Carbono Eficiente (ICO2), ambos da B3. Além disso, possuímos *rating* A no MSCI, nota B no CDP e Selo Ouro no GHG *Protocol* desde 2013.

A definição da estratégia corporativa de sustentabilidade é decidida de forma colegiada através da Diretoria Executiva, do Comitê de Gente e ESG e do Conselho de Administração da CCR S.A. A Diretoria Executiva conta com um executivo responsável pela gestão do tema e uma equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para os negócios. A responsabilidade pelo planejamento e análise dos projetos de responsabilidade social é do Instituto CCR, também responsável pela gestão do investimento social da Companhia, conforme descrito no item 4.3.

Um sólido conjunto de políticas corporativas é a base para que a gestão da sustentabilidade esteja em linha com os objetivos estratégicos do Grupo CCR. Para conhecer as políticas do Grupo CCR, acesse a seção de Governança no *site* da CCR, no item Políticas, Estatuto, Código de Ética, Acordo de Acionistas e Outros Contratos - CCR. Visando a transparência de suas ações, anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do seu Relatório Anual Integrado (RAI), adotando a metodologia proposta pelo Comitê Internacional para

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatos Integrados (sigla em inglês, IIRC) e dos indicadores padronizados internacionalmente, propostos pela *Global Reporting Initiative* (GRI) e *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB).

Para ler a edição mais recente do Relatório Anual Integrado acesse <http://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade/relatorios>.

4.3 Iniciativas voluntárias

O Grupo CCR participa voluntariamente de iniciativas externas capitaneadas por instituições reconhecidas pelo esforço para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Os principais movimentos aos quais a Companhia adere são:

- Pacto Global (Organização das Nações Unidas – ONU): iniciativa da ONU que dissemina 10 a serem seguidos por companhias que ambicionam agir com responsabilidade e sustentabilidade.
- Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): plataforma da ONU que visa engajar governos, empresas, ONGs e cidadãos em prol do desenvolvimento sustentável.
- *Disclosure Insight Action* (CDP): coalizão internacional que fomenta a publicação de inventários de GEE (Gases do Efeito Estufa) e informações sobre a gestão das emissões para o público investidor.
- *Global Reporting Initiative* (GRI): organização *multistakeholder* que desenvolveu as diretrizes mais aceitas internacionalmente para o relato da gestão de sustentabilidade corporativa.
- *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB): os padrões SASB promovem a divulgação de informações materiais de sustentabilidade para atender às necessidades dos investidores de acordo com cada setor.
- Relato Integrado (IIRC): o principal objetivo desse *framework* é explicar para os *stakeholders* como a Companhia gera valor ao longo do tempo, em diferentes tipos de capitais.
- Movimento Ambição *Net Zero*: uma iniciativa do Pacto Global da ONU no Brasil, que apoia empresas a estabelecerem compromissos e metas em relação ao clima.

4.4 Instituto CCR

O Instituto CCR, entidade sem fins lucrativos, criado em 2014 responsável por gerir o investimento social do Grupo CCR, proporcionando a transformação social nas regiões onde atua.

Apoia projetos via leis de incentivo, campanhas institucionais e por meio dos programas proprietários, como o Caminhos para a Cidadania, que está presente em mais de 1.600 escolas e forma mais de 3 mil professores, e o Caminhos para a Saúde, que oferece atendimentos de saúde a caminhoneiros, motociclistas, passageiros, ciclistas e clientes de metrô somando 49 mil atendimentos em 2022. O foco do Instituto CCR é a transformação social por meio de iniciativas de cultura, educação, esporte e saúde. Somente em 2022, foram aplicados R\$ 49 milhões em projetos sociais. Saiba mais em www.institutoccr.com.br

4.5 Considerações Finais

4.5.1 Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Resolução CVM n.º 162, de 13 de julho de 2022, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não contrataram seus Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

4.5.2 Cláusula Compromissória

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante em seu Estatuto Social.

4.5.3 Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM n.º 80 de 29 de março de 2022 conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. (“KPMG”) emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras, relativas o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

4.5.4 Agradecimentos

Gostaríamos de expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os colaboradores da Companhia.

Porto Alegre, 2 de março de 2023.

A Administração.

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada na Avenida Paraná, n.º 2435, Bairro Navegantes, na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul.

A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até 14 de fevereiro de 2049, a exploração das Rodovia de Integração do Sul, composto pelas rodovias BR-101, BR-290, BR-386, BR-448 no estado do Rio Grande do Sul, no trecho da BR-101/RS, entre a divisa SC/RS até o entroncamento com a BR-290 (Osório); da BR-290/RS, no entroncamento com a BR-101(A) (Osório) até o km 98,1; da BR-386, no entroncamento com a BR-285/377(B) (para Passo Fundo) até o entroncamento com a BR-470/116(A) (Canoas); e da BR-448, no entroncamento com a BR-116/RS-118 até o entroncamento com a BR-290/116 (Porto Alegre), sendo responsável pela administração de 473,4 km, compreendendo a exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário, nos termos do contrato de concessão 01/2019 celebrado com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

A Companhia foi constituída em 21 de novembro de 2018 e iniciou suas operações em 15 de fevereiro de 2019.

A principal fonte de receita é a arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início nas praças da BR-290 em 15 de fevereiro de 2019, na mesma data da assunção da concessão, e nas praças da BR-101 e BR-386 em 9 de fevereiro de 2020, após a conclusão e aprovação das obras e dos serviços denominados “trabalhos iniciais”, conforme definido no Programa de Exploração do Lote e poderá ser reajustada anualmente, tendo como data-base do reajuste o mês de fevereiro.

Bens reversíveis, opção de renovação de contratos de concessão e direitos de rescindir o contrato

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações. Entretanto, há previsão no contrato de concessão de direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

O direito do Poder Concedente de rescindir o contrato de concessão da Companhia inclui o desempenho insatisfatório da concessionária e a violação significativa dos termos do referido contrato.

O contrato de concessão da Companhia poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo Poder Concedente, tais como o não pagamento por parte do Poder Concedente conforme estabelecido no contrato, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim. Neste caso, os serviços prestados pela Companhia não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

Notas Explicativas

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 02 de março de 2023, foi aprovada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas estão demonstradas na nota explicativa 3m - Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível – ICPC 01 (R1). As incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

8b	Impostos diferidos
11	Intangível e infraestrutura em construção
14	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários
19	Instrumentos financeiros

Notas Explicativas

3. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a) *Moeda estrangeira*

- Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados.

b) *Receitas de contratos com clientes*

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita.

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

As receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão ou quando da prestação de serviço.

Os valores das tarifas são pactuados na celebração de cada contrato de concessão, que preveem as premissas de reajustes anuais.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

c) *Instrumentos financeiros*

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Notas Explicativas

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. eles incluem a questão de saber se a estratégia da administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração da companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Notas Explicativas

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais, de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério, se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
--	---

Ativo financeiro a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
-------------------------------	--

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no

Notas Explicativas

reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - a companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d) Caixa e equivalentes de caixa

- Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

Notas Explicativas

- Aplicações financeiras

Referem-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

e) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa n.º 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

f) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil.

Notas Explicativas

- Direito de exploração de infraestrutura concedida - vide item “n”.

Os ativos em fase de construção são classificados como infraestrutura em construção.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

g) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perdas de ativos financeiros a receber do Poder Concedente ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passa a ser mensurada para a vida inteira do ativo.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia; ou
- O contas a receber de clientes estiver vencido há mais de 90 dias.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Notas Explicativas

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

- **Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego do projeto de infraestrutura detida, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

h) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

i) Provisão de manutenção - contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a

Notas Explicativas

infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

j) *Receitas e despesas financeiras*

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

k) *Benefícios a empregados*

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

l) *Imposto de renda e contribuição social*

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela Administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

m) Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura – (ICPC 01 (R1) / IFRIC 12)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O

Notas Explicativas

concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

n) Arrendamento

A IFRS 16 / CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários.

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor. A companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

Notas Explicativas

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Os pagamentos do arrendamento incluem: (i) pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual; (iii) valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; (iv) o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e (v) pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "direito de uso em arrendamento" e passivos de arrendamento em "arrendamento" no balanço patrimonial..

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. A companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

Para maiores detalhes vide nota explicativa n.º 12.

o) Informação por segmento

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área geográfica de concessão da Companhia é dentro do estado do Rio Grande do Sul e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

Nenhum cliente externo representa mais do que dez por cento das receitas totais da Companhia.

Notas Explicativas

p) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme CPCs e aplicável às Companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

q) Adoção inicial de normas novas e alterações

A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2022, as novas normas abaixo descritas, que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2022:

- **Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento (alteração ao CPC 06/IFRS 16) após 30 de junho de 2021**

A alteração estendeu a disponibilidade do expediente prático de aplicação às concessões de aluguel para que qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afete apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2022.

- **Contratos Onerosos - Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)**

As alterações buscam esclarecer quais custos devem ser considerados na estimativa do custo de cumprimento de um contrato para avaliar se o contrato é oneroso. Para isso, foram considerados tanto os custos incrementais de cumprimento do contrato quanto alocação de outros custos que se relacionam diretamente com o cumprimento do contrato. As alterações são efetivas para contratos em que uma entidade ainda não cumpriu todas as suas obrigações em ou após 1º de janeiro de 2022.

- **Revisão anual das normas de IFRS 2018 – 2020 (aplicáveis para a Companhia)**

i. IFRS 1 – Adoção pela Primeira Vez das Normas IFRS por subsidiárias

Esta alteração simplifica a aplicação da IFRS 1 para uma subsidiária que adota pela primeira vez as Normas IFRS depois de sua controladora - ou seja, se uma subsidiária adota as Normas IFRS posteriormente e aplica a IFRS 1. Uma subsidiária pode optar por mensurar as diferenças acumuladas de conversão para todas as operações estrangeiras em valores incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para as normas IFRS.

ii. IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – Taxas incluídas no teste de '10 por cento' para baixa de passivos financeiros

Esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de '10 por cento' ao avaliar se um passivo financeiro deve ser desreconhecido. Assim, uma entidade incluiria apenas as taxas pagas ou recebidas entre a entidade (o devedor) e o credor, incluindo taxas pagas ou recebidas pela entidade ou pelo credor em nome da outra parte.

iii. IFRS 16 – Arrendamentos

A alteração removeu o exemplo de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros, visto que o exemplo clarifica se o reembolso atenderia à definição de incentivo de arrendamento na IFRS 16.

Notas Explicativas

r) *Novas normas ainda não efetivas*

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2022 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26 (IAS 1) e CPC 23 (IAS 8);
- IFRS 17 - Contratos de seguros;
- Divulgação de políticas contábeis - alterações ao CPC 23 (IAS 8) e IFRS *Practice Statement* 2;
- Definição de estimativas contábeis - alterações ao CPC 23 (IAS 8);
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12);
- Passivos de arrendamento em uma venda e *leaseback* - alterações ao CPC 06 (IFRS 16);
- Passivo não circulante com *covenants* - alterações ao CPC 26 (IAS 1).

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

- Derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a NDF (*non deliverable forward*), que visam à proteção contra riscos cambiais.

Notas Explicativas

Operações de swap de juros

Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se os fluxos de caixa futuros das operações, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg) adicionadas dos respectivos cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos a valor presente por uma taxa livre de riscos na data de mensuração.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxas de câmbio;
- d) Risco financeiro e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, que potencialmente sujeita a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento das perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 9, 19 e 20.

Notas Explicativas

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

d) Risco financeiro e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional do negócio, em condições de normalidade.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Financiamentos	8.888	10.011	9.878	11.494	240.525
Fornecedores e outras obrigações	71.605	5.692	56	-	161
Fornecedores - partes relacionadas	19.435	-	-	-	-
Obrigações com o poder concedente	1.076	-	-	-	-

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	2022	2021
Caixa e bancos	19.762	4.903
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	181.846	215.583
Total - Caixa e equivalentes de caixa	201.608	220.486
	2022	2021
Aplicações financeiras		
Conta reserva	169	-
Fundos de investimentos e CDB	53	141.462
Total - Aplicações financeiras	222	141.462

Notas Explicativas

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 102,39% do CDI, equivalente a 12,73% a.a., em 31 de dezembro de 2022 (103,87 % do CDI, equivalente a 4,57% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2021).

7. Contas a receber das operações

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Circulante		
Receitas acessórias (a)	-	65
Receitas de pedágio (b)	<u>23.251</u>	<u>20.003</u>
	<u>23.251</u>	<u>20.068</u>

Idade de vencimento dos Títulos

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Crédito a vencer	<u>23.251</u>	<u>20.068</u>
	<u>23.251</u>	<u>20.068</u>

(a) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas no contrato de concessão; e

(b) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio.

8. Imposto de renda e contribuição social**a. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social - correntes e diferidos**

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	241.580	237.413
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(82.137)	(80.720)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(653)	(578)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(201)	20
Juros sobre capital próprio	27.284	19.179
Incentivos relativos ao imposto de renda (PAT e prorrogação de licença maternidade)	2.132	2.130
Outros ajustes tributários	<u>25</u>	<u>24</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(53.550)</u>	<u>(59.945)</u>
Impostos correntes	(54.734)	(64.218)
Impostos diferidos	<u>1.184</u>	<u>4.273</u>
	<u>(53.550)</u>	<u>(59.945)</u>
Alíquota efetiva do imposto	<u>22,17%</u>	<u>25,25%</u>

Notas Explicativas

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	2021	Reconhecido no resultado	2022		
			Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	931	409	1.340	1.340	-
Provisão de manutenção	3.247	3.530	6.777	6.777	-
Custo de transação de empréstimos	-	(3.145)	(3.145)	-	(3.145)
Arrendamento	1	103	104	104	-
Tributos com exigibilidade suspensa de PIS e COFINS	173	167	340	340	-
Programa de gratificação de longo prazo	185	183	368	368	-
Outros	210	(63)	147	147	-
Impostos ativos antes da compensação	4.747	1.184	5.931	9.076	(3.145)
Compensação de imposto	-	-	-	(3.145)	3.145
Imposto diferido líquido ativo	4.747	1.184	5.931	5.931	-

	2020	Reconhecido no resultado	2021	
			Valor líquido	Ativo fiscal diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	88	843	931	931
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	-	25	25	25
Provisão de manutenção	-	3.247	3.247	3.247
Provisão para fornecedores	39	(38)	1	1
Despesas pré-operacionais	270	(86)	184	184
Arrendamento	-	1	1	1
Tributos com exigibilidade suspensa de PIS e Cofins	-	173	173	173
Outros	77	108	185	185
Impostos ativos antes da compensação	474	4.273	4.747	4.747
Imposto diferido líquido ativo	474	4.273	4.747	4.747

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2022 e 2021, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas.

	Saldos					
	2022			2021		
	Controladora	Controladora indireta	Outras partes relacionadas	Controladora indireta	Outras partes relacionadas	Total
Ativo						
Aplicações financeiras	-	-	88.372	-	-	-
Bancos conta movimento	-	-	11	-	-	-
Contas a receber	-	12	2.023	6	380	386
Outros créditos	-	-	23	-	-	-
Passivo						
Fornecedores	-	19.383	52	976	41	1.017
Juros sobre capital próprio a pagar	17.908	-	-	-	-	-

	Transações					
	2022			2021		
	Controladora indireta	Outras partes relacionadas	Total	Controladora indireta	Outras partes relacionadas	Total
Benefício da previdência privada de colaboradores	-	95	95	-	-	-
Custos / despesas - doações	-	2.069	2.069	-	387	387
Custos / despesas - serviço de transporte de valores	-	183	183	-	-	-
Custos / despesas - serviços prestados - CCR GBS	1.624	-	1.624	-	-	-
Custos / despesas - suporte administrativo	-	-	-	3.526	-	3.526
Custos / despesas - suporte e manutenção tecnologia e engenharia	-	-	-	-	2.269	2.269
Despesas de prestação de garantia em emissão de dívidas	521	-	521	-	-	-
Despesas financeiras	-	1	1	-	-	-
Imobilizado / intangível	819	-	819	-	4.745	4.745
Receitas de aplicação financeiras	-	3.345	3.345	-	-	-
Repasse de custos e despesas - CCR GBS	20.430	-	20.430	-	-	-
Repasse de custos e despesas de colaboradores	81	313	394	-	4	4

Notas Explicativas**Despesas com profissionais chaves da Administração**

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Remuneração: (a)		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	1.455	835
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado		
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	1.000	589
Pagamento de provisão de PPR do ano anterior pago no ano	722	296
Previdência privada	49	46
Seguro de vida	2	2
	<u>3.228</u>	<u>1.768</u>

Saldos a pagar aos profissionais chave da Administração

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Remuneração dos administradores (a)	1.113	1.381

- (a) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 11 de abril de 2022, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 2.228, incluindo salário, benefícios, remuneração variável pagas no ano e contribuição para seguridade social.

Notas Explicativas

10. Ativo imobilizado

		2021	2022			
Taxa média anual de depreciação %		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Valor de custo						
Móveis e utensílios		1.345	-	(1)	4	1.348
Máquinas e equipamentos		18.825	-	(12)	3.587	22.400
Veículos		14.146	-	(280)	561	14.427
Equipamentos operacionais		48.728	-	-	8.597	57.325
Imobilizações em andamento		45.168	22.594	(11)	(13.173)	54.578
Total custo		128.212	22.594	(304)	(424)	150.078
Valor de depreciação						
Móveis e utensílios	10	(196)	(135)	-	-	(331)
Máquinas e equipamentos	13	(1.985)	(3.055)	2	-	(5.038)
Veículos	23	(7.245)	(3.429)	192	-	(10.482)
Equipamentos operacionais	10	(3.836)	(5.425)	-	-	(9.261)
Total depreciação		(13.262)	(12.044)	194	-	(25.112)
Total geral		114.950	10.550	(110)	(424)	124.966

		2020	2021			
Taxa média anual de depreciação %		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Valor de custo						
Móveis e utensílios		820	-	(2)	527	1.345
Máquinas e equipamentos		3.685	-	(202)	15.342	18.825
Veículos		13.091	-	-	1.055	14.146
Equipamentos operacionais		7.044	-	(270)	41.954	48.728
Imobilizações em andamento		73.204	30.896	(121)	(58.811)	45.168
Total custo		97.844	30.896	(595)	67	128.212
Valor de depreciação						
Móveis e utensílios	10	(86)	(110)	-	-	(196)
Máquinas e equipamentos	12	(362)	(1.647)	24	-	(1.985)
Veículos	24	(3.907)	(3.338)	-	-	(7.245)
Equipamentos operacionais	10	(363)	(3.480)	14	(7)	(3.836)
Total depreciação		(4.718)	(8.575)	38	(7)	(13.262)
Total geral		93.126	22.321	(557)	60	114.950

(a) Reclassificações entre infraestrutura em construção, ativo intangível e ativo imobilizado.

11. Intangível e infraestrutura em construção

	Taxa média anual de amortização %	2021	2022			
		Saldo inicial	Adições	Transfe rências (a)	Outros (d)	Saldo final
Valor de custo						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		635.977	-	108.383	(3)	744.357
Direitos de uso de sistemas informatizados		1.273	-	1.683	-	2.956
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		522	4.037	(1.259)	-	3.300
Total custo		637.772	4.037	108.807	(3)	750.613
Valor de amortização						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(b)	(19.035)	(16.290)	-	-	(35.325)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(237)	(390)	-	-	(627)
Total amortização		(19.272)	(16.680)	-	-	(35.952)
Total intangível		618.500	(12.643)	108.807	(3)	714.661
Infraestrutura em construção (c)		213.496	429.330	(108.383)	(2.393)	532.050

Notas Explicativas

	Taxa média anual de amortização %	2020		2021			
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências		Saldo final
					(a)	Outros (d)	
Valor de custo							
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		431.131	-	-	205.296	(450)	635.977
Direitos de uso de sistemas informatizados		346	-	-	927	-	1.273
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		710	464	(1)	(651)	-	522
Total custo		432.187	464	(1)	205.572	(450)	637.772
Valor de amortização							
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(b)	(6.632)	(12.410)	-	7	-	(19.035)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(52)	(185)	-	-	-	(237)
Total amortização		(6.684)	(12.595)	-	7	-	(19.272)
Total intangível		425.503	(12.131)	(1)	205.579	(450)	618.500
Infraestrutura em construção (c)		111.636	308.920	-	(205.639)	(1.421)	213.496

(a) Reclassificação do infraestrutura em construção, ativo intangível e ativo imobilizado;

(b) Amortização pela curva de benefício econômico;

(c) Em 2022, refere-se principalmente a duplicação da BR-386 entre os km 324+100 a km 340+400, finalização da construção de postos gerais de fiscalização (PGF) na BR-101, implantação de passarelas na BR-101/RS nos km 62+390, km 78+050 e km 9+220, implantação de dispositivos de segurança e restauração de pavimento ao longo da rodovia, implantação da usina de asfalto gravimétrica na BR-386, no km 358, implantação de Posto de Pesagem Veículos, faixa adicional entre os km 344+400 ao km 349+500 na BR-386 e implantação do projeto de fibra óptica. Em 2021, das obras que compõe a infraestrutura em construção, destaca-se a implantação da duplicação da BR 386, km 324+100 ao km 344+400. Em 2021, das obras que compõe a infraestrutura em construção, destaca-se a implantação da duplicação da BR 386, km 324+100 ao km 344+400.

(d) Em 31 de dezembro de 2022, do total de R\$ 2.396, R\$ 2.350 refere-se a recebimento de sinistros, R\$ 30 a desapropriações e R\$ 16 a crédito de IRRF. Em 31 de dezembro de 2021, do total de R\$ 1.871, R\$ 166 refere-se à caução, R\$ 1.423 a recebimento de sinistros e R\$ 282 a desapropriação.

12. Arrendamento

a. Direito de uso em arrendamento

	2021	2022	
	Saldo inicial	Adições / re mensuração	Saldo final
Valor de custo			
Veículos	152	4.525	4.677
Total de custo	152	4.525	4.677
Valor de depreciação			
Veículos	(63)	(553)	(616)
Total de depreciação	(63)	(553)	(616)
Total geral	89	3.972	4.061

Notas Explicativas**b. Passivo de arrendamento**

	2021	2022				
	Saldo inicial	Reversão do ajuste a valor presente	Adições/ Remensuração	Pagamentos	Transferências	Saldo final
Circulante	54	143	1.477	(395)	509	1.788
Não circulante	39	-	3.048	-	(509)	2.578
	<u>93</u>	<u>143</u>	<u>4.525</u>	<u>(395)</u>	<u>-</u>	<u>4.366</u>

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros nominal de 9,64% a.a. para contratos de arrendamentos. As taxas são equivalentes às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi reconhecido o montante de R\$ 274 como despesa de aluguel (R\$ 1.287 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021), decorrente de arrendamentos não reconhecidos como tal, dada sua característica de curto prazo.

Cronograma – não circulante

	2022
2024	1.499
2025	1.079
Total	<u>2.578</u>

13. Fornecedores

	2022	2021
Circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	50.700	28.553
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	174	240
Cauções e retenções contratuais (b)	20.031	8.354
	<u>70.905</u>	<u>37.147</u>
Não circulante		
Cauções e retenções contratuais (b)	5.909	8.485
	<u>76.814</u>	<u>45.632</u>

(a) Os saldos referem-se principalmente aos fornecedores de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.

(b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média, são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

Notas Explicativas

14. Financiamento

Instituições financeiras	Taxas contratuais (% a.a.)	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.) (a)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em 2022	Vencimento final	2022
Em moeda nacional						
BNDES	IPCA + 4,598216 a.a.	5,1913%	4.501	4.416	Dezembro de 2043	71.330 (b) (c) (d)
BNDES	IPCA + 4,598216 a.a.	5,3949%	4.902	4.826	Dezembro de 2043	92.338 (b) (c) (d)
Total geral				9.242		163.668
Circulante						
Financiamentos						1.506
Custos de transação						(661)
						845
Não Circulante						
Financiamentos						171.404
Custos de transação						(8.581)
						162.823

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Operações com mais de uma série/tranche estão apresentadas pela taxa média ponderada;

Garantias:

- (b) 100% aval/ fiança corporativa da Controladora CCR S.A não remunerado;
- (c) Garantia real; e
- (d) Cessão de contas bancárias, indenizações e recebíveis.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2022
2024	2.292
2025	2.292
2026	4.095
2027	6.130
2028 em diante	156.595
(-) Custo de transação	(8.581)
	162.823

A Controladora CCR, até o *completion* total, obriga-se a manter índice Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 4,5, apurado anualmente, com data base em 31 de dezembro, com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas. Em relação à Companhia, esta deverá apresentar ICSD igual ou superior a 1,2, Índice de Cobertura “Manutenção” sobre o Serviço da Dívida (inclui a realização da provisão de manutenção) igual ou superior a 1 e apresentação do índice PL/Ativo maior ou igual a 0,2. O resgate antecipado é permitido mediante aprovação do BNDES.

Não há quebra de *covenants* relacionados aos financiamentos.

Notas Explicativas**15. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários**

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis.

15.1. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e contratuais

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2021	2022			
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos	Atualização monetária
Não circulante					
Cíveis	75	3.734	(42)	(3.724)	3
Trabalhistas e previdenciários	-	939	(2)	(849)	11
	75	4.673	(44)	(4.573)	14

15.2. Processos com prognóstico de perda possível

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	2022	2021
Cíveis e administrativos	493	183
Trabalhistas e previdenciárias	63	-
	556	183

16. Provisão de manutenção

	2021	2022	
	Saldo Inicial	Constituição	Ajuste a valor presente
Não circulante	9.555	8.970	1.408
Total	9.555	8.970	1.408

As taxas anuais de 2022 e 2021, para o cálculo do valor presente, são de 9,64% a.a. e 7,08% a.a., respectivamente.

Notas Explicativas**17. Patrimônio Líquido****a. Capital social**

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 1.188.456, representado por 1.188.456.196 de ações ordinárias.

b. Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo n.º 193 da lei n.º 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social.

c. Reserva de retenção de lucros

Foi constituída em razão de retenção de lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei n.º 6.404/76. A retenção foi fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral Ordinária.

d. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (lei n.º 6.404/1976).

Em 25 de abril de 2022, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 40.021, correspondentes a R\$ 0,03367447377 por ação, à totalidade do saldo da conta de reserva de retenção de lucros em 31 de dezembro de 2021. O pagamento ocorreu em 28 de abril de 2022. Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2021, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

	<u>2022</u>
Lucro líquido do exercício	188.030
(-) Constituição de reserva legal	<u>(9.402)</u>
Lucro líquido ajustado	<u>178.628</u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	<u>44.657</u>
Total de juros sobre capital próprio aprovados e pagos	80.246
Total de dividendos mínimos intermediários pagos	<u>25.698</u>
Total de dividendos e juros sobre capital próprio pagos	<u>105.944</u>

e. Juros sobre capital próprio

Em 21 de outubro de 2022, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), o destaque dos juros sobre o capital próprio no valor líquido de IRRF de R\$ 50.301, relativo ao lucro do exercício, pagos em 28 de outubro de 2022.

Em 12 de dezembro de 2022, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), o destaque dos juros sobre o capital próprio no valor líquido de IRRF de R\$ 17.908, relativo ao lucro do exercício, a serem pagos quando oportuno.

Notas Explicativas**f. Lucro por ação básico e diluído**

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Numerador		
Lucro líquido do exercício	188.030	177.468
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias	<u>1.188.456.196</u>	<u>1.188.456.196</u>
Lucro por ação ordinária - básico e diluído	0,15821	0,14933

18. Receitas operacionais

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas de pedágio	470.194	421.379
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	432.620	287.245
Receitas acessórias	<u>255</u>	<u>226</u>
Receita bruta	903.069	708.850
Impostos sobre receitas	(40.700)	(36.459)
Abatimentos	<u>(115)</u>	<u>(161)</u>
Deduções das receitas brutas	<u>(40.815)</u>	<u>(36.620)</u>
Receita operacional líquida	<u><u>862.254</u></u>	<u><u>672.230</u></u>

Notas Explicativas**19. Resultado financeiro**

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Despesas financeiras		
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(1.408)	(259)
Perda com operações de derivativos	(4.039)	(2.147)
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	(12)	(12)
Ajuste a valor presente - arrendamento	(143)	(10)
Variação monetária sobre financiamentos	(883)	-
Juros sobre financiamento	(1.793)	-
Juros e variações monetárias sobre obrigações com partes relacionadas	(521)	-
Despesas bancárias	(1.015)	(172)
Taxas e outras despesas financeiras	(116)	(550)
	<u>(9.930)</u>	<u>(3.150)</u>
Receitas financeiras		
Ganho com operações de <i>hedge</i>	-	1.251
Rendimento sobre aplicações financeiras	28.197	20.788
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	3	6
Juros e outras receitas financeiras	385	9
	<u>28.585</u>	<u>22.054</u>
Resultado financeiro líquido	<u>18.655</u>	<u>18.904</u>

20. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Controladora CCR S.A. possui um Comitê de Resultados e Finanças, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

Notas Explicativas**Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo**

		<u>2022</u>	<u>2021</u>
	Nível		
Ativos			
Valor justo através do resultado			
Caixa e bancos	Nível 2	19.762	4.903
Aplicações financeiras	Nível 2	181.899	357.045
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	Nível 2	169	-
		<u>201.830</u>	<u>361.948</u>
Custo amortizado			
Contas a receber		23.251	20.068
Contas a receber de clientes - partes relacionadas		2.035	386
		<u>25.286</u>	<u>20.454</u>
Passivos			
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado			
Financiamentos em moeda nacional (a)		(163.668)	-
Fornecedores e outras obrigações		(77.514)	(45.626)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas		(19.435)	(1.017)
Juros sobre o capital próprio a pagar		(17.908)	-
Obrigações com Poder Concedente		(1.076)	(978)
		<u>(279.601)</u>	<u>(47.621)</u>
		<u>(52.485)</u>	<u>334.781</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com derivativos finalizadas em 31 de dezembro de 2022, tinham por objetivo principal a proteção contra flutuações de outros indexadores, sem caráter especulativo. Dessa forma, eram caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado.

A Companhia contratou operações de NDF *hedge* para proteção contra riscos de câmbio sobre a importação da usina de asfalto com a XP Invest.

Todos os instrumentos financeiros derivativos da Companhia foram negociados em mercado de balcão.

Segue abaixo quadro detalhado sobre os instrumentos derivativos contratados para a Companhia:

		Valores brutos contratados e liquidados		Resultado	
Vencimento		Moeda estrangeira Recebidos/(Pagos)		Ganho/(Perda) em resultado	
		2022	2021	2022	2021
<i><u>NDF - risco de câmbio</u></i>					
Posição ativa	2022	(4.039)	(896)	(4.039)	(896)
		(4.039)	(896)	(4.039)	(896)

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações nas taxas de juros.

Nas análises de sensibilidade, não foram consideradas novas contratações de operações com derivativos além das já existentes.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2023 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Risco	Exposição em R\$ ⁽⁴⁾⁽⁵⁾	Efeito em R\$ no resultado		
		Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
IPC-A ⁽³⁾	172.910	(8.063)	(8.063)	(8.063)
Efeitos sobre financiamentos		(8.063)	(8.063)	(8.063)
CDI ⁽²⁾	182.068	18.013	22.432	26.823
Efeitos sobre aplicações financeiras		18.013	22.432	26.823
		9.950	14.369	18.760

As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾:

CDI ⁽²⁾	13,6500%	17,0600%	20,4700%
IPC-A ⁽³⁾	5,7900%	7,2375%	8,6850%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo;

No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção da taxa do cenário provável:

(2) Refere-se à taxa de 31/12/2022, divulgada pela B3;

(3) Refere-se à variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE;

(4) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2022, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e

(5) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI).

Notas Explicativas**21. Compromissos vinculados a contratos de concessão**

Além dos pagamentos de verbas de fiscalização ao Poder Concedente, a Companhia assumiu compromissos de realizar novos investimentos, substancialmente representados por obras de ampliação, alargamento e recuperação das rodovias. Conforme orçamento de capital estabelecido entre a Companhia e o Poder Concedente, em 31 de dezembro de 2022 esses compromissos estavam estimados em R\$ 4.826.811 (R\$ 4.814.611 em 31 de dezembro de 2021).

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

22. Demonstrações dos fluxos de caixa

- a.** Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	2022	2021
Fornecedores	19.723	6.810
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	19.723	6.810
Adições ao ativo intangível	(19.723)	(6.810)
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	(19.723)	(6.810)

- b. Reconciliação das atividades de financiamento**

	Financiamento	Operações com derivativos	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	Arrendamento	Total
Saldo Inicial	-	-	-	(93)	(93)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento					
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-	-	116.020	-	116.020
Pagamento de principal e juros	1.605	-	-	395	2.000
Liquidação de operações com derivativos	-	4.039	-	-	4.039
Captação de financiamento	(162.597)	-	-	-	(162.597)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(160.992)	4.039	116.020	395	(40.538)
Outras variações					
Resultado das operações com derivativos e valor justo	-	(4.039)	-	-	(4.039)
Reversão do ajuste a valor presente	-	-	-	(143)	(143)
Despesa com juros e variação monetária	(2.676)	-	-	-	(2.676)
Outras variações que não afetam caixa	-	-	(98.112)	(4.525)	(102.637)
Total das outras variações	(2.676)	(4.039)	(98.112)	(4.668)	(109.495)
Saldo Final	(163.668)	-	17.908	(4.366)	(150.126)

Notas Explicativas**Composição do Conselho de Administração**

Eduardo Siqueira Moraes Camargo
Pedro Paulo Archer Sutter
Roberto Penna Chaves Neto

Presidente
Conselheiro
Conselheiro

Composição da Diretoria

Fausto Camilotti
Eduardo Siqueira Moraes Camargo
Thais Caroline Borges

Diretor Presidente
Diretor
Diretor

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/O-0 S/RS

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos acionistas e Administradores da
Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.
Porto Alegre – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Capitalização de gastos relacionados aos ativos de concessão

Veja as Notas 2 (f), 2(m) e 11 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria Como auditoria endereçou esse assunto

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 429.330 referente a infraestrutura em construção que está sendo realizada na concessão.

Conforme ICPC 01/OCPC 05 – Contratos de concessão, os gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura são reconhecidos como ativos, uma vez que representam serviços de construção com potencial de geração de receitas adicionais, enquanto que os gastos com manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesas quando incorridos, uma vez que não representam potencial de geração de receita adicional.

A Companhia exerceu julgamentos para determinar quais os gastos que possuem potencial de geração de receitas adicionais e, conseqüentemente, são reconhecidos como ativos.

Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria, devido à natureza da política contábil relativa ao assunto e ao julgamento realizado pela Companhia para aplicação dessa política contábil, que pode ter efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Testes documentais, em base amostral, dos gastos com a construção e melhoria da infraestrutura em construção, incluindo: a inspeção das medições, notas fiscais, comprovantes de pagamentos e contratos.
- Avaliação, em base amostral, da natureza dos gastos com a construção, melhoria e manutenção da infraestrutura, considerando os critérios e políticas contábeis para determinação se tais gastos são qualificáveis ou não para capitalização.
- Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os gastos capitalizados com construção e melhoria da infraestrutura, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos

nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 02 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Marcelo Gavioli
Contador CRC 1SP201409/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

Em observância às disposições constantes no artigo 27, § 1º, incisos V e VI da Resolução CVM nº. 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes ("KPMG") sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Porto Alegre/RS, 02 de março de 2023.

FAUSTO CAMILOTTI
DIRETOR PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO
DIRETOR

THAIS CAROLINE BORGES
DIRETORA

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 27, § 1º, incisos V e VI da Resolução CVM nº. 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes ("KPMG") sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Porto Alegre/RS, 02 de março de 2023.

FAUSTO CAMILOTTI
DIRETOR PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO
DIRETOR

THAIS CAROLINE BORGES
DIRETORA